



RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC
Ano 8 – Número 478 - 28/09 a 02/10/2026

Sumário

- Destaque da Semana
- Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
- Notícias do Executivo
- Notícias do Ministério Público do Trabalho
- Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
- e-Social
- Outras Notícias
- Atos Normativos
- Dados estatísticos do TST

Destaque da Semana

[TST decide que sindicato pode defender direito de um único trabalhador em todas as fases do processo](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 28/09/2026

O Pleno do Tribunal Superior do Trabalho fixou, nesta segunda-feira (28), tese jurídica vinculante no sentido de que os sindicatos têm legitimidade para defender, nas fases de conhecimento, liquidação e execução, direitos dos integrantes da categoria que representa, mesmo que a ação envolve apenas um trabalhador. Para a maioria do Tribunal, a necessidade de individualizar os beneficiários ou quantificar os valores devidos não afasta a legitimidade sindical.

O entendimento foi firmado no julgamento de incidente de recurso de revista (Tema 27) e deve orientar as decisões da Justiça do Trabalho em todas as instâncias.

O caso concreto que gerou a tese é uma ação do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Apucarana e Região contra o Itaú Unibanco S.A. O processo envolve um único empregado que pediu o cumprimento de regras de progressão funcional previstas em norma do antigo Banco do Estado do Paraná (Banestado), sucedido pelo Itaú. Na ação, o sindicato cobrava reajustes salariais e promoções automáticas por antiguidade e mérito no mínimo a cada três anos.

A Vara do Trabalho extinguiu o processo sem analisar o pedido, por entender que a análise só seria possível por meio de uma ação individual, na qual se apreciariam as condições específicas do trabalhador. O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR) manteve a decisão.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[STF estabelece regras para petições protocoladas em processos já existentes](#)

Supremo Tribunal Federal - 02/10/2026

A Presidência do Supremo Tribunal Federal (STF) publicou, nesta sexta-feira (2), a Resolução 921/2026, visando organizar e conferir mais transparência ao envio e à distribuição de petições incidentais – pedidos apresentados dentro de processos que já estão em andamento. A medida busca assegurar a regra de que os processos devem ser distribuídos de forma aleatória, mediante sorteio entre os ministros (livre distribuição), bem como reforçar o princípio do juiz natural, evitando que novos pedidos fiquem vinculados automaticamente a um relator específico.

[Falta de regulamentação da avaliação biopsicossocial de deficiência é objeto de ADO no Supremo](#)

Supremo Tribunal Federal - 01/10/2026

A Associação Nacional de Apoio às Pessoas com Deficiência (AnaPcD) ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 98 para questionar a falta de regulamentação da avaliação biopsicossocial da deficiência no país. A avaliação biopsicossocial é um método que analisa a pessoa com deficiência de forma ampla, considerando não apenas o diagnóstico médico, mas também os aspectos biológicos, psicológicos e sociais, além das condições de vida e das barreiras que podem limitar sua participação na sociedade.

[STF fixa critérios para multa a empresas com dívida tributária que distribuem lucros](#)

Supremo Tribunal Federal - 30/09/2026

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu, nesta quarta-feira (30), o julga-

RADAR TRABALHISTA

mento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5161, que trata das normas que preveem multa a empresas com débitos tributários pela distribuição de bonificações ou participação nos lucros. Por maioria, a Corte condicionou a aplicação da penalidade à situação jurídica do crédito tributário e à existência ou não de garantia do débito.

[TST lança iniciativa para acelerar processos de idosos com mais de 80 anos](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 02/10/2026

A segunda edição da pauta temática Conciliar e Incluir alcançou mais de R\$ 9,8 milhões de reais em acordos firmados em processos trabalhistas que envolvem direitos de pessoas com deficiência. O mutirão de audiências de conciliação envolveu Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (Cejuscs) da Justiça do Trabalho de todo o país entre os dias 24 e 28 de agosto. Ao todo, foram 891 audiências de conciliação, com 145 acordos firmados.

[Ação para garantir acesso a empresa durante greve deve ser julgada no 1º grau](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 02/10/2026

A Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC) do Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu, por unanimidade, que o pedido da Companhia de Habitação do Estado do Pará (Cohab-PA) de garantir o acesso a sua sede durante greve de seus empregados deve ser examinado pelo juízo de primeiro grau, e não pelo Tribunal Regional do Trabalho. Segundo o colegiado, ação possessória tem natureza civil e deve ser processada no primeiro grau, mesmo quando apresentada junto a dissídio coletivo de greve no TRT.

[Ludopatia digital, sobrecarga e assédio transformam os riscos do trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 01/10/2026

As transformações tecnológicas mudaram a forma de trabalhar e também os riscos aos quais os trabalhadores estão expostos. Pressão constante, sobrecarga, assédio, conflitos

RADAR TRABALHISTA

entre vida profissional e pessoal, transtornos mentais e a popularização das apostas on-line passaram a exigir uma nova compreensão sobre o que significa garantir um trabalho seguro.

[TST lança novo Portal de Serviços com foco na experiência do usuário](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 01/10/2026

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) lançou seu novo Portal de Serviços, uma plataforma que reúne, em um único ambiente digital, serviços antes distribuídos em diferentes páginas do site. Desenvolvido com foco na experiência do usuário, o portal adota linguagem simples, recursos de acessibilidade e uma navegação mais intuitiva para facilitar o acesso da sociedade aos serviços oferecidos pelo Tribunal.

[Vendedor motociclista garante direito a adicional de periculosidade](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 01/10/2026

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a CRBS S.A., empresa do grupo da Ambev S.A., a pagar o adicional de periculosidade de 30% a um vendedor que utilizava motocicleta em suas atividades profissionais. Por unanimidade, o colegiado entendeu que o direito está previsto diretamente na CLT e não depende de regulamentação complementar do Ministério do Trabalho.

[Seminário discute acidentes e doenças ocupacionais no âmbito das novas tecnologias](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 30/09/2026

Para marcar o encerramento do Setembro Amarelo foi realizado nesta quarta-feira (30), na sede do Tribunal Superior do Trabalho (TST), o “Seminário Transformações do Trabalho Seguro na Sociedade Tecnológica e seus Reflexos na Justiça do Trabalho”.

RADAR TRABALHISTA

[Nova cartilha da Justiça do Trabalho traz alertas sobre saúde mental e riscos psicossociais no trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 28/09/2026

A Justiça do Trabalho lança, nesta segunda-feira (28), a cartilha Saúde Mental no Trabalho, como parte da campanha institucional “Sua saúde é a fronteira que o trabalho não pode atravessar”. A iniciativa foi desenvolvida por meio de uma parceria entre o Tribunal Superior do Trabalho (TST) e a Universidade de Brasília (UnB). A publicação reúne orientações para prevenção de riscos psicossociais, com informações sobre situações que podem afetar o bem-estar dos trabalhadores e medidas para promover ambientes saudáveis.

[WhatsApp é citado como meio de assédio eleitoral em 37% das ações na Justiça do Trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 28/09/2026

Novos dados da pesquisa “Assédio eleitoral nas relações de trabalho: diagnóstico empírico dos processos judiciais e das práticas institucionais na Justiça do Trabalho”, elaborada pelo Centro de Pesquisas Judiciárias (CPJ) do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), divulgados nesta segunda-feira (28), apontam para o aumento do uso de ambientes virtuais para a prática do assédio eleitoral no trabalho.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Executivo

[Novo Caged: Emprego formal gera 165,8 mil vagas em agosto e acumula 1,13 milhão de postos no ano](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 29/09/2026

O mercado formal de trabalho apresentou, em agosto, saldo positivo de 165.827 novos postos de trabalho, resultante de 2.294.563 admissões e 2.128.736 desligamentos no mês. Com esse resultado, o estoque de empregos alcançou 48.244.696 vínculos em agosto e acumula, no ano (janeiro a agosto), saldo de 1.134.033 postos de trabalho, com crescimento de 2,41%.

[INSS pagará salário de trabalhadoras afastadas do emprego por violência doméstica](#)

Ministério da Previdência Social - 01/10/2026

O Governo Federal assinou, nesta quinta-feira (1º), parecer vinculante que assegura o afastamento remunerado de mulheres vítimas de violência doméstica por até seis meses, quando houver determinação judicial. A medida garante o cumprimento da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) e elimina a necessidade de uma nova perícia médica ou análise do mérito pelo INSS para a concessão do benefício às seguradas do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

[Fator Acidentário de Prevenção \(FAP\) com vigência para 2027 está disponível para consulta a partir desta quarta-feira \(30\)](#)

Ministério da Previdência Social - 30/09/2026

As informações referentes ao Fator Acidentário de Prevenção (FAP) 2026, com vigência para o ano de 2027, estão disponíveis para acesso pelas empresas a partir desta quarta-feira (30), conforme Portaria Interministerial MPS/MF nº 16, publicada no Diário Oficial da União. O FAP com vigência para 2027 foi calculado para 4.323.164 estabelecimentos.

RADAR TRABALHISTA

[CTPP aprova texto para NR 21 sobre trabalho a céu aberto](#)

Fundacentro - 01/10/2026

A Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP) se reuniu em Brasília/DF nos dias 22 e 23 de setembro. Uma das resoluções foi a aprovação de proposta de texto para NR 21, norma regulamentadora voltada ao trabalho a céu aberto. Busca-se adotar medidas de proteção coletiva e individual à exposição a raios solares, além de se observar a questão da hidratação. Trabalhadores devem ser informados sobre os riscos de forma permanente.

[Guia aborda avaliação de riscos ocupacionais envolvendo nanomateriais](#)

Fundacentro - 01/10/2026

O “[Guia técnico da ferramenta auxiliar para avaliação do risco ocupacional envolvendo nanomateriais: NanoCB-Fundacentro](#)” apresenta uma metodologia qualitativa para auxiliar na avaliação de riscos ocupacionais relacionados à manipulação de nanomateriais. A publicação aborda a determinação das categorias de severidade e de probabilidade de exposição, utilizadas para estabelecer o nível de risco. O conteúdo também traz uma matriz para definição desses níveis e recomendações correspondentes às classificações de risco baixo, médio, alto e muito alto.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Denúncias sobre assédio eleitoral chegam a 945 neste sábado \(3\)](#)

Ministério Público do Trabalho - 03/10/2026

O Ministério Público do Trabalho (MPT) recebeu 945 denúncias de assédio eleitoral no país até sábado (3/10), às 18h. Com 147 registros, o estado de São Paulo acumula o maior número de reclamações, seguido por Minas Gerais, com 101 denúncias, e Rio de Janeiro, com 93 denúncias.

[MPT-ES utiliza inteligência artificial para agilizar coleta de denúncias](#)

Ministério Público do Trabalho - 02/10/2026

Uma ideia e a habilidade no uso de novas ferramentas de tecnologia foram suficientes para o chefe de Gabinete da procuradora-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região (PRT-17), Leandro Maia Tovar, criar uma sistemática de atendimento por Inteligência Artificial (IA) e implantá-lo na Sala de Coleta de Denúncias do Ministério Público do Trabalho no Espírito Santo (MPT-ES). A proposta deu tão certo que já apresenta resultados: trouxe mais agilidade ao trabalho realizado pelos servidores do setor.

[Empresa de implantes dentários firma TAC com o MPT após promover propaganda eleitoral em ambiente de trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 02/10/2026

O Ministério Público do Trabalho (MPT) em Guarulhos firmou um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com a Conexão Sistemas de Prótese Ltda., fabricante brasileira especializada em implantes dentários, componentes protéticos e kits cirúrgicos, após a apuração de denúncia relacionada à realização de propaganda eleitoral em ambiente de trabalho,

RADAR TRABALHISTA

prática vedada pela legislação e que pode caracterizar assédio eleitoral.

[Eleições Gerais de 2026: liberdade de escolha e enfrentamento ao assédio eleitoral no trabalho são focos da atuação do MPT em Mato Grosso](#)

Ministério Público do Trabalho - 02/10/2026

No ambiente de trabalho, a escolha política também precisa ser livre. É com esse foco que o Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso (MPT-MT) vem desenvolvendo, ao longo de 2026, uma série de ações voltadas à prevenção e ao enfrentamento ao assédio eleitoral nas relações de trabalho. A estratégia combina informação e orientação com o recebimento e a apuração de denúncias, além da atuação conjunta com instituições que integram o sistema de Justiça e participam da organização do processo eleitoral.

[Fiscalização resgata 17 trabalhadores de condições análogas às de escravo em obras de pavimentação em Alagoas](#)

Ministério Público do Trabalho - 02/10/2026

Uma operação realizada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Defensoria Pública da União (DPU) e Polícia Federal resgatou 17 trabalhadores submetidos a condições análogas às de escravo em obras de pavimentação em Marechal Deodoro e São Miguel dos Milagres (AL). Os resgates ocorreram durante inspeções realizadas nos dias 21 e 22 de setembro.

[Audiência pública debate riscos à saúde e à segurança da população trabalhadora](#)

Ministério Público do Trabalho - 02/10/2026

Enchentes, elevação do nível do mar, calor extremo e outros eventos associados à crise climática não afetam apenas o território urbano: também repercutem nas condições em que trabalhadoras e trabalhadores vivem, se deslocam e exercem suas atividades.

RADAR TRABALHISTA

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Presidenciáveis assinam Carta-Compromisso contra o Trabalho Escravo elaborada pela Conatrae](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 30/09/2026

Matéria da Repórter Brasil, publicada nesta quarta-feira, 30 de setembro, informa que Lula (PT), Ronaldo Caiado (PSD) e Augusto Cury (Avante) endossaram a Carta-Compromisso contra o Trabalho Escravo, afirmando que estabelecem como prioridade de seus mandatos o combate a esse crime e ao tráfico de pessoas, caso sejam eleitos à Presidência da República. Flávio Bolsonaro (PL), Renan Santos (Missão), Romeu Zema (Novo) e os demais candidatos foram convidados a aderir, mas declinaram ou não responderam até a data-limite, na segunda-feira, 28 de setembro. O compromisso é organizado pela Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), que reúne, desde 2003, organizações da sociedade civil e do Estado no combate a esse crime para organizar e monitorar a política de combate.

RADAR TRABALHISTA

Outras Notícias

[Julgamento de fraude em contrato de PJ é competência da Justiça Comum](#)

Consultor Jurídico - 04/10/2026

A mera alegação de fraude em um contrato firmado entre pessoas jurídicas não basta para manter um caso na Justiça do Trabalho. Como há um contrato civil formalizado entre elas, cabe primeiro à Justiça Comum decidir sobre a validade desse contrato e, só depois, se ele for declarado inválido, a Justiça do Trabalho pode examinar o vínculo de emprego.

[Da exceção à objeção, e de volta à exceção: a prescrição trabalhista após o Tema 91 do TST](#)

Consultor Jurídico - 04/10/2026

Vinte anos depois de a Lei 11.280/2006 autorizar o juiz a pronunciar de ofício a prescrição, e uma década após o Código de Processo Civil de 2015 ter consolidado essa opção sob a garantia do contraditório prévio, o Tribunal Superior do Trabalho escolheu o caminho inverso. Em sessão do Tribunal Pleno realizada em 24 de setembro, o TST decidiu que a prescrição no processo trabalhista não pode ser reconhecida de ofício pelo órgão julgador. A tese vinculante do Tema 91 alcança a prescrição bienal e a quinquenal, total ou parcial, e ressalva apenas a intercorrente, que o artigo 11-A, § 2º, da CLT autoriza expressamente.

[Revisão de sentença coletiva em relação continuada e a relativização da coisa julgada](#)

Consultor Jurídico - 02/10/2026

A CLT, embora carregue a data de 1943, foi de importância ímpar para a tutela de interesses coletivos, sendo considerada avançada nesse ramo de atuação. Portanto, antes mesmo do CDC, a CLT albergava as ações de natureza coletiva quando o assunto dizia

RADAR TRABALHISTA

respeito à necessidade de ajuizamento de dissídio coletivo perante os tribunais trabalhistas para obtenção de uma sentença normativa cujo objetivo era a fixação de normas que estariam vigentes para determinado setor econômico e respectiva categoria profissional.

[Contrato de PJ sem pessoalidade do serviço não gera vínculo empregatício](#)

Consultor Jurídico - 02/10/2026

A contratação de serviços por pessoas jurídicas não gera vínculo empregatício se não houver pessoalidade do serviço e subordinação. E o pagamento de benefícios como vale-refeição e convênio médico não gera o vínculo quando acordado entre as partes. Com esse entendimento, a 8ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (Grande São Paulo e litoral paulista) não reconheceu o vínculo empregatício de um trabalhador e negou o pagamento de verbas rescisórias.

[Empresa do agro pagará R\\$ 100 mil por coagir empregados nas eleições](#)

Migalhas - 04/10/2026

A 8ª turma do TRT da 3ª região manteve, por unanimidade, a condenação de uma empresa do agronegócio e de seu sócio ao pagamento de R\$ 100 mil por danos morais coletivos por assédio eleitoral. O colegiado concluiu que os réus pressionaram empregados a apoiar determinado candidato à Presidência nas eleições de 2022, vinculando a manutenção dos empregos ao resultado da disputa.

[NR-1: STF discute critérios para sanções por riscos psicossociais](#)

Migalhas - 02/10/2026

Tramitam no STF três ações que discutem a aplicação da NR-1, norma do MTE - Ministério do Trabalho e Emprego que estabelece regras gerais de segurança e saúde no trabalho e disciplina o gerenciamento dos riscos ocupacionais.

RADAR TRABALHISTA

[TST admite reconvenção por concorrência desleal em ação de horas extras](#)

Migalhas - 01/10/2026

A subseção I Especializada em Dissídios Individuais do TST decidiu que reconvenção apresentada por empregador pode ser processada quando tiver origem no mesmo contrato de trabalho discutido na reclamação, ainda que os pedidos tratem de matérias jurídicas distintas. Para a maioria do colegiado, a identidade da relação jurídica é suficiente para caracterizar a conexão exigida pelo art. 343 do CPC. Com a decisão, trabalhador que foi à Justiça cobrar horas extras terá de pagar R\$ 11.845 a empresa por concorrência desleal.

[Empresa indenizará terceirizado que recebeu certificado de “escravo CLT” em festa](#)

Migalhas - 01/10/2026

A juíza do Trabalho substituta Juliana Ranzani, da 1ª vara do Trabalho de Suzano/SP, condenou empresa a pagar R\$ 15 mil por danos morais a trabalhador terceirizado que recebeu certificado de “escravo CLT” durante confraternização de fim de ano. Para a magistrada, a entrega pública da premiação, em dinâmica realizada nas dependências da empresa, expôs o profissional ao escárnio e violou sua dignidade, sem que a alegada intenção de brincar afastasse a ilicitude da conduta.

[STF cassa decisão do TST que afastou negociação individual de empregado](#)

Migalhas - 29/09/2026

A 2ª turma do STF cassou, por maioria, decisão da 1ª turma do TST sobre um acordo individual de redução salarial firmado com empregado considerado hipersuficiente. O colegiado entendeu que o TST afastou a aplicação do art. 444, parágrafo único, da CLT com base na garantia constitucional da irredutibilidade salarial sem observar a reserva de plenário. O Tribunal trabalhista deverá proferir nova decisão.

RADAR TRABALHISTA

[FAP 2027 já pode ser consultado pelas empresas](#)

Revista Proteção - 02/10/2026

O Fator Acidentário de Prevenção (FAP) com vigência para 2027 já está disponível para consulta pelas empresas desde 30 de setembro. O índice, calculado a partir do histórico de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, pode reduzir ou aumentar o valor recolhido ao Seguro de Acidentes do Trabalho (SAT), conforme o desempenho de cada estabelecimento em relação à acidentalidade.

[Oito em cada dez CEOs admitem que empresas ainda descumprem NR 1](#)

Revista Proteção - 02/10/2026

Oito em cada dez CEOs afirmam que as empresas que comandam ainda não cumprem integralmente a NR 1. O dado faz parte da pesquisa “A visão dos CEOs sobre o RH no Brasil”, realizada pela FIA em parceria com a Flash, que ouviu 168 executivos de empresas com mais de 300 funcionários, divulgada pela CartaCapital.

[OMS lança guia para prevenir impactos do calor em grandes eventos](#)

Revista Proteção - 02/10/2026

A Organização Mundial da Saúde (OMS) publicou, em 30 de setembro, diretrizes para prevenir e tratar problemas de saúde relacionados ao calor em eventos de grande porte. As recomendações abrangem competições esportivas, festivais culturais e encontros religiosos e incluem medidas específicas para proteger espectadores, participantes, voluntários e trabalhadores.

[CTB critica prorrogação da suspensão de sanções da NR 1](#)

Revista Proteção - 30/09/2026

RADAR TRABALHISTA

A CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil) criticou a decisão do ministro André Mendonça, do STF (Supremo Tribunal Federal), de prorrogar por mais 90 dias a suspensão de sanções relacionadas a dispositivos da NR 1 que tratam dos riscos psicossociais no trabalho.

[Semana CANPAT Construção 2026 começa nesta segunda-feira com debates sobre segurança nos canteiros](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 02/10/2026

Começa nesta segunda-feira (5) a Semana CANPAT Construção 2026, iniciativa da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), por meio da Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT), em parceria com o Sesi, a Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) e o Seconci Brasil. Com o tema “Equipamentos na Construção Civil: Segurança, Conformidade e Transformação dos Canteiros”, o evento segue até sexta-feira (9) com debates sobre segurança e saúde no trabalho, requisitos normativos, prevenção de acidentes e os desafios relacionados ao uso de equipamentos na construção.

[SESI-RR e Sinduscon-RR promovem ação de segurança e saúde no trabalho para estudantes](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 01/10/2026

O Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de Roraima (Sinduscon-RR), em parceria com o Serviço Social da Indústria (SESI-RR), realizará na sexta-feira, dia 9, o Dia Nacional de Segurança e Saúde nas Escolas | Indústria da Construção 2026, com ações pela manhã, das 10h20 às 11h30, e à tarde, das 16h20 às 17h30.

[CBIC divulga Radar Convenções Coletivas de agosto](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 01/10/2026

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), por meio da Comissão de Política

RADAR TRABALHISTA

de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC) apresenta mais uma edição do RADAR CONVENÇÕES COLETIVAS. O presente traz as informações das negociações concluídas no ano de 2026, até a data-base de agosto de 2026, cujas convenções coletivas ou aditivos tenham sido registrados até 31 de agosto de 2026.

[Construção gera mais de 200 mil novos empregos formais em 2026](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 30/09/2026

A construção segue apresentando resultados positivos no mercado de trabalho. De janeiro a agosto de 2026, o setor gerou 200.431 novos empregos com carteira assinada em todo o país. O saldo de novas vagas foi 2,66% superior ao registrado no mesmo período de 2025. Os dados são do Novo Caged, divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

[Seconci-DF: Setembro Amarelo leva saúde mental a 2,9 mil trabalhadores nos canteiros de obras do DF](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 29/09/2026

Durante o mês de setembro, o Serviço Social da Indústria da Construção do DF (Seconci-DF) esteve dentro de vários canteiros de obras no Distrito Federal para realização da campanha Setembro Amarelo – mês de prevenção ao suicídio e de valorização da vida. Ao todo, foram realizadas 30 palestras, alcançando 2.964 trabalhadores com informações, orientações e momentos de reflexão sobre a importância de cuidar das emoções e buscar ajuda quando necessário.

RADAR TRABALHISTA

Atos Normativos

[RESOLUÇÃO CODEFAT/MTE Nº 1.044, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026](#) (DOU de 28/09/26 Seção I Extra Pág. 14) - Dispõe sobre a autorização de remanejamento de recursos do Orçamento do FAT, do exercício de 2026, entre ações orçamentárias;

[PORTARIA MTE Nº 1.735, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026](#) (DOU de 28/09/26 Seção I Extra Pág. 04) - Estabelece critérios e orientações para a execução, no orçamento de 2027, de projetos e ações prioritárias, estruturantes e de interesse nacional ou regional, lastreados nas ações sob a gestão do Ministério do Trabalho e Emprego e da Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho - Fundacentro, financiados por Emendas Parlamentares;

[PORTARIA INTERMINISTERIAL MPS/MF Nº 16, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026](#) (DOU de 29/09/26 Seção I Extra Pág. 01) - Dispõe sobre a disponibilização do resultado do processamento do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) em 2026, com vigência para o ano de 2027, e dos róis dos percentis de frequência, gravidade e custo, por Subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.3), calculados em 2026, e sobre o julgamento de contestações e recursos apresentados pelas empresas em face do índice FAP a elas atribuído;

[PORTARIA MTE Nº 1.758, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026](#) (DOU de 30/09/26 Seção I Extra Pág. 04) - Altera a Norma Regulamentadora nº 28 (NR-28) - Fiscalização e Penalidades;

[SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.038 - SRRF04/DISIT, DE 18 DE SETEMBRO DE 2026](#) (DOU de 02/10/26 Seção I Pág. 46) - Vale-Transporte. Assistência Médica. Plano de Saúde. Auxílio-Alimentação. Salário de Contribuição. Base de Cálculo;

[SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.039 - SRRF04/DISIT, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026](#) (DOU de 02/10/26 Seção I Pág. 46) - Prestadora de Serviço Optante pela Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB). Retenção sobre o Valor Bruto da Nota Fiscal ou Fatura de Prestação de Serviços pela Contratante. Alíquota e Base de Cálculo Aplicáveis;

RADAR TRABALHISTA

[SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.040 - SRRF04/DISIT, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026](#) (DOU de 02/10/26 Seção I Pág. 46) - Sociedade Unipessoal de Advocacia;

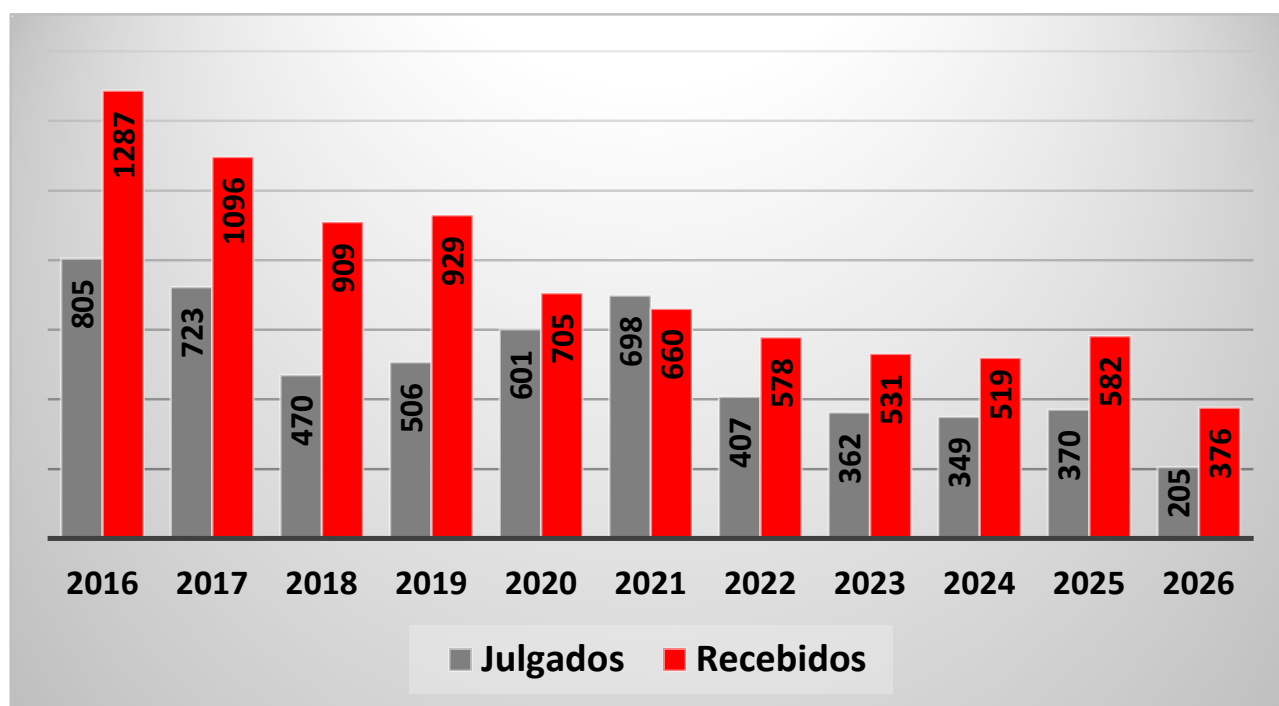
[SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 5.015, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026](#) (DOU de 02/10/26 Seção I Pág. 46) - Não há incidência da retenção de 11% (onze por cento) de que trata o art. 31, da Lei nº 8.212, de 1991, sobre as receitas auferidas por empresa optante pelo Simples Nacional, que preste serviços de instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material, por se tratar de prestação de serviço sujeito a tributação na forma do Anexo III, da Lei Complementar nº 123, de 2006;

[SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 5.016, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026](#) (DOU de 02/10/26 Seção I Pág. 46) - Os prêmios excluídos da incidência das contribuições previdenciárias: (1) são aqueles pagos, exclusivamente, a segurados empregados, de forma individual ou coletiva, não alcançando os valores pagos aos segurados contribuintes individuais; (2) não se restringem a valores em dinheiro, podendo ser pagos em forma de bens ou de serviços; (3) não poderão decorrer de obrigação legal ou de qualquer tipo de ajuste que descaracterize a liberalidade do empregador; e (4) devem decorrer de desempenho superior ao ordinariamente esperado, de forma que o empregador deverá comprovar, objetivamente, qual o desempenho esperado e também o quanto esse desempenho foi superado.

RADAR TRABALHISTA

Dados estatísticos do TST

Série histórica de Dissídios Coletivos recebidos e julgados na Justiça do Trabalho (TRTs e TST) no período de 2016 a 2026 (agosto/26):



Fonte: Tribunal Superior do Trabalho - TST

RADAR TRABALHISTA

Expediente

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (CBIC)

Eduardo Aroeira Almeida
Presidente

Fernando Guedes Ferreira Filho
Presidente Executivo

COMISSÃO DE POLÍTICA DE RELAÇÕES TRABALHISTAS (CPRT/CBIC)

David de Oliveira Fratel
Presidente da CPRT

Gabriela Serafim
Gestora de Projetos da CPRT/CBIC

QUEIROZ NETO ADVOGADOS

Clovis Veloso de Queiroz Neto
Consultor CBIC e Responsável Técnico